

Brasil Energia – 13/04/2007

CCEE e Aneel já haviam alertado

Antonio Carlos Sil

A proposta de monitoramento regular e transparente das condições de oferta e demanda de energia no País, lançada pelo Instituto Acende Brasil nesta quinta-feira, 12/4, em coletiva de imprensa realizada em São Paulo, tem como base principal uma metodologia facilmente replicável e baseada em dados públicos, destacou Cláudio Sales, presidente da entidade. "O objetivo não é alarmar, mas sim trabalhar com fatos, já que há um ambiente de controvérsia de avaliações dentro do próprio governo", ressaltou.

O especialista Mário Veiga, da consultoria PSR, parceira do Acende Brasil na iniciativa, disse em sua apresentação que os sinais de desentendimento interno no governo em relação aos critérios de mensuração do risco de déficit ficaram bem flagrantes ainda no ano passado.

Mais especificamente, quando veio a público o problema da insuficiência de gás natural para acionamento simultâneo de usinas térmicas. A própria Aneel exigiu testes para verificar a extensão do problema, confrontando o Ministério de Minas e Energia (MME), enquanto que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) chegou a divulgar um levantamento detalhado da situação na região Sudeste.

O relatório da câmara, segundo ele, acabou mais explorado na parte que constatava o problema de restrição de gás, enquanto um outro aspecto bem mais relevante teve repercussão mínima. Ou seja, de que, mesmo com gás garantido para acionamento das termoelétricas, já existiriam riscos de déficit superiores a 5%, já a partir de 2007, atingindo 10% em 2010.

Integrante do grupo técnico que formulou as medidas de emergência no âmbito da Câmara de Gestão da Crise Energética, em 2001, e consultor da ministra Dilma Rousseff no período em que ela esteve à frente do MME, Mário Veiga disse que, a exemplo do que ocorreu no racionamento, há uma tendência do governo resistir em tomar medidas mais drásticas, contrastando com o que está previsto na própria regulamentação do setor elétrico, seguida à risca pelo ONS. "Geralmente se espera o fim do período chuvoso para se tomar alguma providência mais contundente, enquanto a adoção de medidas preventivas poderiam causar prejuízos bem menores à sociedade", argumenta.